

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.751.785 - RS (2018/0163096-9)

EMBARGANTE : JACINDA LEHMEN STAHL

ADVOGADOS : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA - RS023021

MARCELO LIPERT E OUTRO(S) - RS041818

RAFAEL GRAZIANI DE SOUZA MELLO LOPES -
RS081590

DIOGO SILVEIRA DOS SANTOS - RS082773

EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Na origem, trata-se de ação que objetiva o pagamento das diferenças entre o valor pago aos servidores em atividade e o valor pago à autora relativamente à gratificação de desempenho GDASUS até a data em que a gratificação passar a ser paga com base nos resultados das avaliações de desempenho, com valor da causa fixado em R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Na sentença julgou-se improcedente o pedido. No TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, a sentença foi reformada, conforme a seguinte ementa do acórdão:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. PERCEPÇÃO DE GDASUS. PARIDADE COM OS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

As gratificações de desempenho possuem caráter de generalidade e devem ser pagas aos servidores inativos no mesmo percentual dos ativos, enquanto não forem publicados os resultados e homologadas as avaliações de desempenho realizadas com os servidores ativos, quando passarão a ser consideradas pro labore faciendo. Preenchidos os requisitos legais, faz jus a postulante à percepção da GDASUS em paridade com os servidores ativos.

Opostos embargos declaratórios, foram acolhidos somente para fins de prequestionamento.

Interposto recurso especial pela União, esse não foi conhecido por conta da incidência da Súmula nº 7/STJ.

Em embargos de declaração, aponta a parte embargante omissão na majoração dos honorários advocatícios.

Intimada, a parte embargada deixou de apresentar impugnação.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos merecem acolhimento.

Consoante o Enunciado Administrativo n. 3/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ, na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

De igual modo, o enunciado n. 7 da Súmula Administrativa do STJ dispõe que, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

Por sua vez, nos termos do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015: "O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento."

Na sentença, fixaram-se os honorários advocatícios em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) (fl. 175). No acórdão, ao reformar a sentença, o TRF da 4ª Região fixou os honorários em favor da parte Autora em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (fl. 277).

Ante o exposto, considerando o trabalho adicional realizado, com a apresentação de contrarrazões ao recurso especial, e os critérios previstos nos §§ 2º a 6º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, acolho os embargos de declaração, para integrar a decisão embargada, fazendo constar a majoração dos honorários advocatícios em um ponto percentual.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator